



## Assembleia da União das Freguesias de Bombarral e Vale Covo

### ACTA Nº 01/2014

Aos vinte e oito (28) dias do mês de Abril, do ano dois mil e catorze, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia da União das Freguesias de Bombarral e Vale Covo, no edifício sede da autarquia, rua Luís de Camões nº 2, na vila do Bombarral, pelas vinte e uma horas (21.00h), de acordo com a convocatória do dia 17/04/2014, do corrente ano, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1 – Apreciação da informação da actividade bem como da situação financeira da União das Freguesias;-----
- 2 - Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação;-----
- 3 – Apreciação e votação da conta de Gerência do período de 30 de Setembro a 31 de Dezembro do ano 2013;-----
- 4 – Análise e aprovação da 1ª Revisão do Orçamento para o ano económico de 2014;----
- 5 – Verificar a conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a tempo inteiro do Presidente da União das Freguesias;-----
- 6 – Autorizar o acordo de execução entre a União de Freguesias e a Câmara Municipal.

Compareceram: -----

Pela Mesa da Assembleia de Freguesia: Eduardo João de Sousa e Andrade Viana Costa (PPD/PSD), na qualidade de presidente e Ana Maria da Cruz Fontoura da Silva (PPD/PSD), na qualidade de 1ª secretária -----

Pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD): Olga Cristina Carvalho Duarte Simão, Fernando Russo Abreu e António Antão Martins Ventura em substituição de António Paulo Rodrigues Venâncio-----

Pelo Partido Socialista (PS): Sérgio Manuel da Silva Duarte, Nuno Alexandre Gomes Vicente, Luísa Alexandra Gonzaga Teixeira da Silva e José Eduardo Alexandrino; -----

Pelo Centro Democrático Social (CDS/PP): Rui Jorge da Silva Gomes e Maria Otilia Henriques da Silva em substituição de Carlos Manuel Carvalho Duarte -----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Ana Paula Carreira da Silva Santos e Elísio Pereira Gomes em substituição de António Cândido Rosado Mil-Homens -----

Pelo executivo das Juntas de Freguesia (J.F.) -----

António Feliciano Júnior, na qualidade de Presidente, Joaquim Marcos Rodrigues Henriques, na qualidade de tesoureiro, Catarina Isabel Pinheiro Vilão Simões, na qualidade de secretária, Luís José Coelho Pereira Bernardino e Carlos Manuel Carvalho Duarte em substituição de Mariana do Rosário Gomes Francisco Costa, na qualidade de vogais.-----

Período de antes do início da ordem de trabalhos: -----

O Presidente da Mesa da Assembleia (PMA) abriu a sessão, cerca das vinte e uma horas quinze minutos, e esclareceu que era necessário completar a mesa da assembleia, uma vez que o 2º secretário, António Paulo Rodrigues Venâncio, tinha pedido a sua substituição devido a motivos profissionais. A vaga foi preenchida pela eleita Olga Cristina Carvalho Duarte Simão. -----

Logo de seguida o PMA leu o expediente e deu a palavra à assembleia para que esta se pronunciasse sobre outros assuntos de interesse para a autarquia.-----

Intervenções. -----

A eleita Maria Otilia Henriques da Silva leu um documento, que se anexa à acta, no qual manifesta o seu desagrado pelo facto de a freguesia do Vale Covo ter sido agregada



quando não é a que tem menos área, nem menos habitantes e nem sequer é a mais recente. -----

A eleita Ana Paula Carreira da Silva Santos apresentou duas moções à mesa, que foram lidas pelo PMA, do seguinte teor:-----

1ª – 40 Anos da Revolução de Abril 1974;-----

2ª – Pela reposição das freguesias. -----

Depois da entrada de ambas as moções serem aceites por unanimidade, o PMA pôs à votação o texto da 1ª moção, que se anexa à acta, merecendo a mesma seis (6) votos a favor, três (3) abstenções e quatro (4) votos contra. A 2ª moção, que se anexa à acta, teve dez (10) votos a favor, uma (1) abstenção e dois (2) votos contra. Assim, ambas as moções foram aprovadas por maioria. -----

Não havendo mais intervenções, entrou-se no período da ordem de trabalhos. -----

Rectificação e aprovação da acta de 13 de Dezembro de 2013. -----

O PMA, verificou que havia uma correcção a fazer na frase da linha 6 – “Aprovação da inscrição da autarquia como associadas da ANAFRE” – emendar associadas para associada. Não havendo mais rectificações a introduzir, passou-se à votação da acta tendo a mesma sido aprovada por maioria com nove (9) votos a favor e quatro (4) abstenções. -----

Ponto nº 1 da convocatória- Apreciação da informação da actividade bem como da situação financeira da União das Freguesias. -----

O PMA deu a palavra ao órgão executivo para este se pronunciar sobre o documento em análise. O tesoureiro Joaquim Marcos Henriques, fez uma exposição sucinta da actividade desenvolvida, destacando a abertura e limpeza de valetas por toda a freguesia, as reparações em caminhos, as limpezas e as acções de carácter social desenvolvidas. -----

Intervenções. -----

A eleita Ana Paula Carreira da Silva Santos referiu, acerca do parque de estacionamento junto da sede da Junta, que a conta da reparação devia ser apresentada ao proprietário. Quis saber se todas as estradas mencionadas tinham sido reparadas com tout-venant. Referiu não conhecer, na freguesia, nenhuma associação designada por associação protetora dos animais “Amigo Fiel”. Diz não saber porque razão a Junta apoia a associação com a cedência de uma sala. Quer saber quais são as ligações existentes entre a Junta e a associação “Ligar à Vida”. -----

O eleito Sérgio Manuel da Silva Duarte sugeriu, acerca do espaço que servia de estacionamento ao lado da sede da autarquia. Em primeiro lugar deviam ter perguntado ao proprietário se continuava a ceder o espaço, uma vez que ele o vedou depois. Chegase à conclusão que se gastou dinheiro mal gasto e que de futuro, prevenindo casos semelhantes, a cedência do terreno deve ser confirmada por escrito uma vez que o seu arranjo acarretou custos. Gostava de saber se a Junta tinha tido interferência no assunto. Perguntou quem é o representante da Junta na comissão do centenário. -----

O eleito José Eduardo Alexandrino referiu estar satisfeito com o trabalho desenvolvido pela Junta, no vale Covo, na abertura e limpeza das valetas, pensando, entretanto que ainda falta concluir o trabalho, principalmente nos locais onde o inverno rigoroso fez estragos. -----

A eleita Maria Otilia Henriques da Silva questionou o executivo sobre o quê que está a ser feito na estrada da Cantarola em frente às Pegas. -----

Respostas. -----

O tesoureiro Joaquim Marcos Henriques informou que não foi a Junta a pagar os custos do espaço de estacionamento e que também a Junta não teve qualquer intervenção nas



negociações, se as houve, entre o proprietário e a Câmara Municipal. Por outro lado, a Junta entende que se as reparações fossem feitas à posteriori da vedação é claro que seria o proprietário a pagar, mas elas foram feitas antes e o mesmo foi utilizado por toda a população.-----

No que respeita às estradas, mencionadas na actividade desenvolvida, devo informar que todas elas levaram tout-venant ou foram motivo de intervenção. No que respeita à designação por mim dada à associação protectora dos animais, ao canil, que não é municipal, é um pormenor linguístico, porquanto ela não deixa de ser protectora. Nós fornecemos água para que esta possa lavar as boxes e tratar os animais com mais higiene. A Junta cedeu uma sala à associação para realização das Assembleias Gerais desta, e damos outro tipo de apoios, quer logístico quer financeiro. A ligação que temos com a associação “Ligar à Vida” é a mesma que temos com todas as outras de cariz social. Neste caso ajudamos a associação no transporte de móveis para famílias carenciadas. -----

Quanto ao representante da Junta na comissão do centenário é o Luís Bernardino devido à sensibilidade que tem para tratar estes temas. -----

Agradecendo as palavras do eleito José Eduardo Alexandrino, referiu que a Junta tudo faz ou fará para concluir as obras até ao período de antes da apanha da fruta, e se o tempo assim o permitir. Nesta altura estamos a dar mais prioridade às estradas mais utilizadas pela população. A estrada a que se refere a eleita Maria Otília Henriques da Silva e que abateu é da responsabilidade da Câmara Municipal, e o trânsito está a ser feito pelo Casal das Pegas. Refiro que fui informado pela Câmara que depois de reparar a estrada principal fará o mesmo à de cima. -----

Situação financeira da União das Freguesias. -----

O tesoureiro Joaquim Marcos Henriques explicou, de forma sucinta, que analisando os mapas de controlo orçamental e fluxos de caixa, conclui-se que a Junta obteve uma execução orçamental onde as despesas são superiores às receitas, o que se traduz numa diminuição do volume monetário em saldo á data, comparando com o saldo da gerência anterior. -----

Intervenções. -----

O eleito Nuno Alexandre Gomes Vicente quis saber se as rubricas expostas na situação financeira tinham sido alteradas, em relação ao orçamento aprovado no ano passado.---

O órgão executivo respondeu afirmativamente, nomeadamente em alterações orçamentais, através do tesoureiro Joaquim Marco Henriques. -----

A eleita Ana Paula Carreira da Silva Santos quis saber quais foram as despesas de capital. Referiu também que é uma falha grave o documento, em análise, não estar assinado pelo presidente, pelo que não o podem reconhecer. Também se mostrou preocupada pelo facto de as despesas terem superado as receitas. Finalizou a sua intervenção dizendo que a Junta estava a violar a Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

O tesoureiro Joaquim Marcos Henriques começou por dizer que a assembleia foi informada sobre a aquisição de uma alfaia agrícola e que era um investimento avultado, e isso é uma despesa de capital. -----

Sobre o documento não estar assinado, referiu que embora seja um documento informativo e elaborado pelo técnico que faz a acessória financeira á Freguesia e que o assinou, mas houve esse lapso que a eleita refere. Embora as despesas superem as receitas o saldo apresentado á data é positivo. No que se refere à Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, a Junta nunca infringiu a lei, procede a todos os procedimento legais, no que diz respeito ao cabimento, ao compromisso e ao pagamento, e como se comprova á data



tem liquidez na tesouraria para fazer face aos compromissos assumidos, Alias a União de Freguesias não tem qualquer divida para com terceiros. -----

Não havendo mais intervenções, entrou-se no 2º ponto da ordem de trabalhos – Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação. -----

Intervenções. -----

O eleito Nuno Alexandre Gomes Vicente, esperando não estar a cometer uma “gaffe”, referiu que na relação apresentada não consta o edifício da delegação do vale Covo. ----

Há, contudo, uma valor inscrito no inventário que não sei se corresponde a um ou a dois edifícios. Também tem ideia que havia uma viatura Renault -4 L, será que ainda existe? - O tesoureiro Joaquim Marcos Henriques referiu que se o edifício do Vale Covo e a viatura Renault-4 L não constam do inventário é porque houve um lapso quer na passagem informática do inventário, quer no levantamento dos bens, mas vai ser corrigida essa situação. -----

Terminada a apreciação do inventário, entrou-se no ponto nº 3 da convocatória – Apreciação e votação da conta de Gerência do período de 30 de Setembro a 31 de Dezembro do ano 2013. -----

O PMA deu a palavra ao órgão executivo para que este se pronunciasse sobre o documento em análise. O tesoureiro, Joaquim Marcos Henriques, fez um breve resumo das contas onde chamou a atenção para a qualidade e o número de documentos apresentados, por forma a elucidar da melhor forma a assembleia. Põe-se á disposição dos eleitos para todos os esclarecimentos que acharem necessários. -----

Intervenções. -----

O eleito Sérgio Manuel da Silva Duarte perguntou onde, quando e quem é que aprovou a conta de gerência de um (1) de Janeiro a 30 de Setembro de 2013. -----

O tesoureiro, Joaquim Marcos Henriques, recordou que a lei da agregação das freguesias informou como é que se iria processar essa agregação, mas não esclareceu tudo. Posteriormente com a saída das leis nºs 22/2012, de 30 de maio, 56/2012, de 8 de Novembro e da lei 11-A/2013, de 28 de Janeiro, e sobretudo com a resolução nº 3/2013 do Tribunal de Contas, os titulares dos órgãos executivos das freguesias a extinguir tinham o dever de elaborar, aprovar e remeter ao Tribunal de Contas as respectivas contas de liquidação. -----

Não havendo mais intervenções passou-se de seguida à votação tendo o documento sido aprovado com seis votos a favor e sete abstenções.-----

Ponto nº 4 – Análise e aprovação da 1ª Revisão do Orçamento para o ano económico de 2014. -----

O tesoureiro, Joaquim Marcos Henriques, fez uma síntese do documento referindo que a presente revisão é efectuada com o objectivo de proceder à incorporação no orçamento de 2014 do saldo apurado no exercício de 2013 bem como realizar o ajustamento da receita de acordo com o acordo de execução com o município do Bombarral. Assim, ao nível do orçamento foram introduzidas alterações quer na parte da receita, quer na parte da despesa. -----

Intervenções. -----

O eleito Sérgio Manuel da Silva Duarte referiu o seguinte:

- No orçamento inicial havia, na rubrica prémios, condecorações e ofertas uma dotação de 1000,00 euros. Agora aparece a dotação actual de 950,00 euros e um reforço de 1050,00 euros totalizando 2000,00 euros. Houve alteração? -----



Também referiu que o orçamento previsto inicialmente era de 205.421,00 euros; agora, com as alterações e modificações orçamentais introduzidas cifra-se em 215.041,44 euros. Não se poderia proceder só à soma das rubricas a alterar? -----

O eleito Elísio Pereira Gomes perguntou, relativamente à dotação do orçamento da receita, qual é o significado de “na posse do serviço”. Será isto um saco azul, perguntou?

**Respostas.** -----

O tesoureiro, Joaquim Marcos Henriques, respondendo às questões iniciais respondeu que podem ser introduzidas no orçamento as alterações orçamentais que acharem convenientes. No segundo caso, passou a palavra para o Dr. Miguel Lopes, responsável pela contabilidade da Junta, e este referiu que é possível desde o programa informático o permita. -----

O tesoureiro respondendo ao eleito Elísio Pereira Gomes, referiu, ironicamente, que a haver um saco seria vermelho e não azul. O significado da frase “na posse do serviço” quer dizer que é o valor que transitou do ano anterior e que está em caixa. -----

Passou-se, em seguida, à votação do documento tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com sete (7) votos a favor e seis (6) abstenções. -----

**Ponto 5. – Verificar a conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a tempo inteiro do Presidente da União das Freguesias.** -----

O tesoureiro, Joaquim Marcos Henriques fez uma breve exposição mencionando a Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, artigo 9º, ponto 1, alínea q) . O artigo 27º, da lei 05-A/2002 de 11 de Janeiro, ponto 3. Refere quais são os requisitos. Portanto, o órgão executivo limita-se a cumprir a lei. -----

**Intervenções.** -----

O eleito, Nuno Alexandre Gomes Vicente, quer saber qual é o valor das remunerações dos membros do executivo. Referiu que o tesoureiro da Junta, na última sessão da assembleia prometeu apresentar esses dados. Também quer saber se essa remuneração tem efeitos a partir de um (1) de Janeiro do corrente ano. -----

O eleito Elísio Pereira Gomes quer saber se o presidente vai optar pela reforma ou pela remuneração. Quer saber qual é a sua opção. -----

**Respostas.** -----

O tesoureiro, Joaquim Marcos Henriques, referiu que de facto prometeu apresentar os valores das remunerações. Assegura que deverá fazê-lo dentro de trinta (30) dias. -----

Relativamente a produzir efeitos a partir de um (1) de Janeiro, é facto que esse valor já foi orçamentado. -----

Relativamente à opção o presidente não tem que responder, pois trata-se de uma questão pessoal. -----

Concluído este ponto entrou-se no último ponto da ordem dos trabalhos. -----

**Ponto 6. – Autorizar o acordo de execução entre a União de Freguesias e a Câmara Municipal.** -----

O tesoureiro, Joaquim Marcos Henriques, fez um resumo sucinto do acordo evidenciando as leis nº 75/2013, de 12 de Setembro, artigo 9º, alínea g), sobre as competências de apreciação e fiscalização e a lei nº 73/2013, de 03 de Setembro, artigo 5º, alínea 3, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. -----

**Intervenções.** -----

O eleito José Eduardo Alexandrino referiu que analisando o acordo a Junta perdeu valor em relação aos protocolos antigos. -----

O eleito Nuno Alexandre Gomes Vicente quis saber quais foram os critérios



apresentados para a redução dos valores e se redução não vai afectar o desempenho da Junta. -----

A eleita Maria Otilia Henriques da Silva quis saber de que forma é que se está a preservar o edifício do Vale Covo. -----

O eleito Sérgio Manuel da Silva Duarte perguntou qual foi a fórmula utilizada pelo município para chegar à verba de 58.000,00 euros. Acha que a assembleia devia ser informada do processo. -----

A eleita Ana Paula carreira da Silva Santos referiu que seria bom que a Câmara pagasse atempadamente as verbas acordadas para não haver estrangulamentos nas contas. -----

**Respostas.** -----

O tesoureiro, Joaquim Marcos Henriques, disse ser verdade a autarquia ter uma verba mais reduzida do que em relação aos protocolos anteriores. O desempenho da Junta é por forma a cumprir o acordo; se há menos dinheiro também diminui a execução e quem sai lesada é a população. Por exemplo, deixamos de fazer trabalhos na “Matinha”, na escola nº 1, na avenida da Sandman e em outros locais. Relativamente à preservação e conservação do edifício do vale Covo, este assunto já foi tratado na assembleia anterior. Chegou-se ao valor de 58.000,00 euros em função da fórmula que a Câmara tinha para caminhos, espaços ajardinados e outros, em que atribuíam para todas as Juntas um “X” por m2 para os espaços verdes e “Y” por km para os arruamentos. Quanto ao pagamento atempado das verbas esperamos que a Câmara cumpra. O que temos verificado é que mesmo com alguns atrasos a Câmara tem pago sempre as verbas acordadas. -----

Não havendo mais intervenções foi o documento posto a votação tendo-se registado nove (9) votos a favor e quatro (4) abstenções. O documento foi aprovado por maioria. -----

O eleito Sérgio Manuel da Silva Duarte leu uma declaração de voto, assinada por todos os eleitos do PS, cujo texto fica anexo à acta. -----

O PMA solicitou à assembleia a aprovação em minuta de todos os pontos da acta para produzir efeitos imediatos. A aprovação em minuta foi feita por unanimidade. -----

E, nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião cerca das vinte e três horas e cinco minutos (23:05 h), da qual se lavrou a presente acta e eu

\_\_\_\_\_  
1ª Secretaria da Mesa da Assembleia a minutei e escrevi. -----

O Presidente da Mesa da assembleia

O 2º Secretário (a)